



INFORMAÇÃO
COMPLEMENTAR Nº: 01/2013 – SEAUD
PROCESSO Nº: 38379/2011

JURISDICIONADA: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP

ASSUNTO: Auditoria de Regularidade

EMENTA: Auditoria de Regularidade. Contrato. Fornecimento e instalação da cobertura do Estádio Nacional de Brasília – ENB. Relatório Final de Auditoria. Por determinação de glosa. Por manutenção de medida cautelar da retenção parcial de pagamento. Por audiência de responsáveis. Novo achado. Informação complementar. Pela suspensão da medida cautelar.

Senhora Relatora,

O Núcleo de Fiscalização de Obras - NFO levou a efeito Auditoria de Regularidade (Fiscalização nº 8.0009.12) no Contrato nº 522/2012 ASJUR/PRES, firmado entre a NOVACAP e o Consórcio ENTAP/PROTENDE/BIRDAIR, com o objetivo de avaliar a contratação e execução dos serviços referentes ao fornecimento e à instalação da cobertura do Estádio Nacional de Brasília – ENB.

2. Quando de emissão do Relatório Prévio de Auditoria (fls. 661/730), foi identificado um potencial prejuízo de R\$ 72.333.265,51 (fls. 729) decorrentes de irregularidades constantes dos Achados 1, 5 e 6, resumidos no quadro a seguir:

Achado	Objeto	Potencial Prejuízo (R\$)	Referência
1	Desoneração RECOPA	41.939.399,40	fls. 688
5	Projeto Executivo	12.602.882,87	fls. 716
6	Administração Local	17.791.043,24	fls. 725

3. Ante a magnitude dos prejuízos identificados, correspondentes a mais de 41% do valor total do contrato, o Tribunal, por unanimidade, entendeu por bem



estabelecer medida cautelar de imediata retenção de pagamentos relativos ao contrato em tela, conforme ficou estabelecido no item II da Decisão nº 582/2013 (fls. 742).

4. Após a apresentação das manifestações da NOVACAP e do Consórcio contratado, o NFO levou a termo suas análises, consubstanciadas no Relatório Final de Auditoria (fls. 996/1094).

5. Em relação aos Achados 2, 5 e 6, as avaliações empreendidas permitiram quantificar os respectivos prejuízos, com sugestão de glosa desses valores (item II-c das Proposições, às fls. 1092), totalizando R\$ 18.385.942,82. Nesse aspecto nada se tem a retocar.

6. No que diz respeito ao Achado 1, que trata da desoneração relativa ao RECOPA, a equipe de auditoria entendeu que a parcela correspondente a R\$ 24.231.344,81 do prejuízo previamente calculado (R\$ 41.939.399,40), referente a cabos, materiais fundidos e estruturas metálicas, não se sustentaram em face, dentre outros fatores, da não obtenção da coabitação, junto à Receita Federal, da empresa consorciada denominada ENTAP, responsável pela importação desses materiais.

7. Restou, portanto, a parcela estimada de R\$ 17.708.054,59, correspondente à importação das membranas, realizada pela empresa consorciada TAYO BIRDAIR, devidamente coabitada no RECOPA, que a credencia a obter a desoneração tributária estabelecida no Programa. A equipe de auditoria, considerando que a referida desoneração ainda não se materializou, entendeu que o achado se mantém até que haja o efetivo repasse do benefício tributário à NOVACAP.

8. Consequentemente, sugeriu a manutenção da medida cautelar de retenção de pagamento no exato valor dessa parcela, com o intuito de que *“seja garantida a esperada economia ao Erário com a correta revisão dos valores contratuais em função do RECOPA, garantindo a possibilidade de controle a posteriori das providências adotadas pelos envolvidos”*.

9. É importante que se destaque, conforme afirmações do Consórcio (fls. 761), que as importações do insumo membrana, ocorridas a partir de janeiro de 2013, fazem jus aos benefícios do RECOPA, que serão integralmente repassados à NOVACAP no momento oportuno.



10. Assim, não vislumbro motivos para que se mantenha a medida cautelar proposta no item III das sugestões ofertadas pela equipe de auditoria, tendo em vista que:

- a) o compromisso de repasse da desoneração tributária, que foi assumido pelo consórcio executor, deve ser entendido como de boa-fé;
- b) a determinação feita à NOVACAP, constante do item III das sugestões, deverá ser cumprida no prazo de 30 (dias), inferior ao término de vigência do ajuste em tela;
- c) tal determinação provocará, necessariamente, a repactuação do contrato de modo a reduzir o seu valor na exata proporção do benefício fiscal a ser auferido em função do RECOPA, não dando margem a qualquer possibilidade de subsistirem danos ao Erário;
- d) a permanência da retenção de pagamentos pode ocasionar interrupções indesejáveis no fluxo da obra que põem em risco o atingimento do interesse público, aqui reinante, de cumprir, no devido prazo, os compromissos firmados, perante a comunidade internacional, de realização da Copa das Confederações.

11. Ante o exposto, sugere-se a substituição das propostas de fls. 1092/1094 pelas seguintes:

I. tomar conhecimento:

- a) do presente Relatório de Auditoria, de fls. 996/1094;
- b) dos documentos acostados às fls. 754/995 e Anexos XIII a XXVI, bem como dos Anexos XIII a XXVI;

II. revogar a medida cautelar ordenada por meio do item II da Decisão nº 582/2013;

III. determinar à NOVACAP que, impreterivelmente, em 30 (trinta) dias:

- a) para melhor garantir o controle sobre os valores a desonerar, constitua processo com os elementos probatórios referentes a todos os insumos importados pela empresa TAIYO BIRDAIR: Licença de Importação (LI), processada no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX); Declaração de Importação (DI), formulada pelo importador no SISCOMEX, com todas as adições referentes a



todas as mercadorias; e Conhecimento de Transporte Original (Bill of Lading) **(Achado 1)**;

b) repactue o Contrato nº 522/12, revendo a respectiva planilha orçamentária, para considerar a desoneração relativa ao RECOPA, tanto no que concerne à revisão do BDI, quanto ao impacto sobre os custos diretos, apresentando as memórias de cálculo dessas alterações **(Achado 1)**;

c) glose, dos valores a receber:

c.1) R\$ 1.205.886,57 da empresa ENTAP e R\$ 152.244,52 da BIRDAIR, em decorrência do adiantamento de pagamento por material posto obra **(Achado 2)**;

c.2) R\$ 8.188.378,34 (incluso BDI) referentes ao superfaturamento dos valores pagos a título de projetos de engenharia, ante a ausência de composições de custos unitários, nos moldes exigidos no edital, lastreadas por meio da efetiva comprovação dos gastos com projetos, a exemplo de contratos acompanhados das respectivas faturas **(Achado 5)**;

c.3) R\$ 8.991.677,91 (incluso BDI) referentes ao superfaturamento dos valores pagos a título de Administração Local, ante a ausência de comprovação dos gastos a esse título **(Achado 6)**;

d) realize ajustes na Resolução nº 168/91 para adequá-la ao entendimento esposado nessa auditoria de que pagamento de material posto obra é antecipação de pagamento e sobre ela deverá incidir desconto, conforme índice estabelecido em edital, bem assim ser excluído o percentual de despesas financeiras, geralmente previsto em BDI, sobre as parcelas antecipadas, alertando-a no sentido de que a antecipação de pagamentos somente é cabível em casos excepcionalíssimos, uma vez atendidos os seguintes pré-requisitos: previsão no edital; fundamentação em estudo prévio que comprove a significativa economia de recursos à administração; realização de garantias que contenha dispositivo permitindo à Administração apenas - em valores significativos - eventuais atrasos no cumprimento dos prazos contratuais **(Achado 2)**;

IV. autorizar a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 15, por haverem autorizado a subcontratação de empresas para a elaboração



de Projeto Executivo da Cobertura, que, de fato, participaram da confecção do seu Projeto Básico, em desacordo com o art. 9º da Lei nº 8666/93, mormente o §3º, para que, com fundamento no art. 182, §5º, da Resolução nº 38/1990, apresentem, no prazo de 30 dias, razões de justificativa pela irregularidade apontada, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 182, inc. I, daquela mesma resolução **(Achado 3)**;

V. dar ciência à NOVACAP e ao Consórcio ENTAP/PROTENDE/BIRDAIR do novo achado de auditoria, indicado nos parágrafos 281/294 do Relatório Final da Auditoria nº 8.0009.12, concedendo-lhes o prazo de 30 (trinta) dias para que sobre ele se manifestem **(Achado 7)**;

VI. dar ciência do presente Relatório de Auditoria, do Relatório/Voto do Relator e da Decisão que vier a ser tomada à NOVACAP, à TERRACAP e ao Consórcio ENTAP/PROTENDE/BIRDAIR.

Márcio de Almeida Saraiva
SECRETÁRIO